

“Plantando sonhos”: serviço de convivência e inclusão produtiva do CRAS

Bruno Ricardo Bérghamo Florentino¹, Angra dos Reis Florentino²

Resumo

O atual contexto da política de assistência social, assinalado por um expressivo investimento na expansão e integração entre serviços e benefícios socioassistenciais, produz impactos nas relações sociais e, por conseguinte, no cotidiano das famílias acompanhadas pelos equipamentos públicos, sobretudo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), responsável pela prevenção de vulnerabilidades sociais e promoção das famílias e do território. Nessa direção, o presente texto consiste no relato de experiência da proposta intitulada “Plantando Sonhos”, que representa uma estratégia de implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com um grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, que já estavam em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Desse modo, o relato destaca as diretrizes dos serviços, realiza uma breve contextualização do município e das razões que levaram à implantação da proposta, bem como os principais resultados alcançados por ele.

Palavras-chave

CRAS. PAIF. Serviço de Convivência. Horta Comunitária.

1. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del Rei; Secretário Municipal de Assistência Social de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais. E-mail: bruno_psicologia@hotmail.com.

2. Pedagoga; coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Resende Costa, Minas Gerais. E-mail: angra_pedagogia@hotmail.com.

“Planting dreams”: coexistence service and productive inclusion of CRAS

Bruno Ricardo Bérghamo Florentino*, Angra dos Reis Florentino**

Abstract

The current political landscape of social assistance, which is highlighted by a significant investment in the expansion and integration of services and social assistance benefits exerts impacts on social relationships and therefore in the life of families supported by public services, especially the Social Assistance Reference Center (CRAS), which is responsible for the prevention of social vulnerabilities and promotion of families and territory. Therefore, this paper is an experience report of a program named “Planting Dreams” (Plantando Sonhos) which aims to implant Living Services and Strengthening Linkages (SCFV) with a group of women in social vulnerability and food insecurity situations that were being attended by the Protection Service and Customer Integral Family (PAIF). Thus, this experience report highlights the guidelines of services, carries out a brief background of the municipality and the reasons that led to the implementation of the plan and the main results.

Keywords

CRAS. PAIF. Living Service. Community Vegetable-Garden.

* MSc in Psychology, Federal University of São João del Rei, Municipal Secretariat of Social Assistance in Coronel Xavier Chaves, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: bruno_psicologia@hotmail.com.

** Pedagogue, coordinator of the Social Assistance Reference Center (CRAS) in Resende Costa, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: angra_pedagogia@hotmail.com.

Introdução

A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, desencadeou notórias transformações no âmbito da política de assistência social, como a constituição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); a implantação e expansão por todo o país da unidade estatal denominada Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); a unificação dos diversos programas de transferência de renda em um só – o Programa Bolsa Família; o expressivo investimento na oferta dos serviços socioassistenciais; e, por conseguinte, a expectativa de “empoderar” as famílias por meio de ações, serviços, programas e projetos que objetivam estimular a convivência familiar e comunitária, o fortalecimento de vínculos, a promoção da autonomia e outras formas de proteção social.

No atual contexto de implantação do SUAS, observa-se que os investimentos na expansão dos serviços e benefícios socioassistenciais acompanham uma série de regulamentações direcionadas aos trabalhadores do CRAS, na tentativa de fazer com que a assistência social definitivamente abandone a perspectiva filantrópica e adentre no campo de profissionalização das ações.

Com os constantes investimentos realizados na política de assistência social, sobretudo nos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família³ e o Brasil Carinhoso⁴, instaura-se o reconhecimento de

que apenas o benefício não seria suficiente para erradicar a extrema pobreza, sendo forçoso, portanto, o acesso do sujeito-beneficiário aos demais serviços, programas e políticas sociais. Neste ínterim, o CRAS assume a centralidade do trabalho de promoção da autonomia dos beneficiários, uma vez que as normatizações da política de assistência social o elegem como o equipamento público com maior capacidade para efetuar a integração entre benefícios e serviços.

Neste contexto, diferentes profissionais de nível médio e superior encontram-se diretamente envolvidos na execução dos serviços do CRAS. Sabe-se que milhares de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais e outros profissionais, cotidianamente, se dedicam a atender e acompanhar os sujeitos que requerem os serviços e benefícios socioassistenciais como forma de garantir a sobrevivência e a convivência familiar.

Diante da contextualização anteriormente apresentada, este relato de experiência constituiu-se a partir de uma exitosa iniciativa da equipe de profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e do CRAS de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais, a qual, seguindo a observação da realidade local e a efetivação das diretrizes propostas pela política de assistência social, realizou o planejamento, a execução e a avaliação do projeto intitulado “Horta Comunitária: Plantando Sonhos”, uma ação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de

3. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O programa integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

4. A Ação ou Programa Brasil Carinhoso, implantado em decorrência do Plano Brasil Sem Miséria, objetiva beneficiar aproximadamente 2 milhões de crianças de até 6 anos, através do reforço na transferência de renda das famílias que já recebiam o Programa Bolsa Família, com o aumento de vagas em creches e cuidados adicionais na saúde, tais como a distribuição gratuita de vitamina A, ferro e medicação contra a asma.

Vínculos (SCFV) com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Este relato fundamenta-se na perspectiva qualitativa e, quanto ao método, na pesquisa-ação, por se tratar de uma pesquisa social

concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 1985, p. 14).

A pesquisa-ação caracteriza-se quando realmente há uma ação por parte dos sujeitos implicados no processo investigativo, a qual, a partir de um projeto de ação social e/ou da solução de problemas coletivos, está centrada no agir participativo e na estrutura das relações estabelecidas entre os pesquisadores e os sujeitos envolvidos no processo.

Para o alcance dos objetivos, nesse tipo de pesquisa, é preciso uma ampla e explícita relação colaborativa entre os participantes, de modo que esta relação não se limite a uma forma de ação (considerada ativismo), mas busque aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o nível de consciência das pessoas ou grupos que participam do processo, bem como contribuir para avançar o debate acerca das questões abordadas (THIOLLENT, 1985).

Pinto (1989) esclarece que a pesquisa-ação tem como proposta: o acesso ao conhecimento técnico-científico que, para além da participação, possibilita o “desvelamento” da realidade e sua efetiva transformação por meio do trabalho/ação; o incentivo à criatividade, possibilitando novas formas e modos de viver na sociedade; e a organização da base em grupos, de modo que o sujeito seja o próprio agente de sua transformação/libertação.

Diante do exposto, todo o conteúdo

apresentado neste relato, para além de descrever o planejamento, a execução e a avaliação de uma proposta de intervenção, pretende fornecer subsídios teórico-metodológicos e técnico-operativos para que outros gestores e profissionais possam avaliar a implantação de ações semelhantes, verificar a relevância da integração entre serviços e benefícios e, quiçá, estimular novas estratégias de implantação e execução da proteção social básica, consolidando, desse modo, parte das diretrizes do SUAS.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS): acepções contemporâneas

Até pouco tempo, no Brasil, predominou a compreensão de que a assistência social constituía-se (ou deveria ser constituída) por ações direcionadas à redução da pobreza. Em outros termos, é possível indicar a inexistência da concepção de que a assistência social deveria ser uma política pública voltada à promoção e à proteção social. Acreditava-se que ela deveria ser tão somente uma prática social realizada por pessoas e entidades solidárias (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

A Constituição Federal de 1988, ao instituir a seguridade social, definitivamente, representa um enorme avanço no sistema de proteção social. Mais adiante, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, assim como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOBSUAS), aprovada em 2005, edificam os pilares do sistema de proteção social brasileiro.

Com a aprovação da PNAS, instituiu-se a proteção social básica, destinada a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, cujo objetivo é a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, assim como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Nesse contexto, o CRAS torna-

se a unidade de referência responsável pelo planejamento e execução dos serviços em seu território de abrangência (BRASIL, 2004).

Com o advento do SUAS, a política de assistência social passa a receber constantes investimentos e normatizações com o objetivo de ampliar e aprimorar a oferta dos serviços e benefícios, racionalizar as formas de atendimento e acompanhamento das famílias, bem como realizar a integração entre os serviços e benefícios socioassistenciais. Naturalmente, as constantes regulamentações despertam a necessidade de aprofundar o debate acerca da profissionalização das ações enquanto política social e pública.

Carvalho (2006) indica os principais avanços ocorridos com a implantação do SUAS: inova na delimitação de quais são os serviços socioassistenciais que devem compor este sistema em todo território nacional; regula um sistema único (descentralizado) que define os serviços de acordo com o nível de complexidade das situações apresentadas pelos usuários; delimita a família como foco da intervenção profissional; elege o CRAS como equipamento e serviço da proteção social básica, ou seja, a “porta de entrada” para a política de assistência social e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como equipamento de proteção social especial de média complexidade, sendo o principal responsável por atender situações de famílias que estão sem referência.

Centro de Referência de Assistência Social: princípios e diretrizes

O SUAS se organiza por níveis de complexidade, sendo eles: proteção social básica e proteção social especial. A primeira modalidade de proteção é ofertada no CRAS. A segunda, por sua vez, em proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade, as quais, mediante os objetivos deste relato, não estarão

contempladas nesta discussão.

De acordo com as diretrizes da PNAS, a proteção social básica se destina a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações, os serviços e os benefícios da proteção social básica direcionam-se à população em situação de vulnerabilidade social, por razões que decorrem da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, como discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras (BRASIL, 2004). Portanto,

O Suas coloca-se como uma “novidade” que provoca, de forma geral, expectativas e demandas por recursos, pela efetivação de serviços na nova lógica de gestão, por melhores condições de trabalho, entre outras. Sua regulação tem forçado a incorporação das novas regras de funcionamento, a exemplo da necessidade de implantação de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) como condição primeira para o vínculo municipal ao Suas. (BATTINI, 2007, p. 63).

O CRAS, mais do que uma inovação decorrente do SUAS, constitui-se enquanto unidade pública com reais possibilidades e potencialidades para identificar as necessidades sociais expostas pelas famílias em seu território de abrangência, promovendo a articulação de toda a rede socioassistencial que presta serviços de tal natureza.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o CRAS deve afiançar três serviços de proteção social básica, sendo eles: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (BRASIL, 2009). Na ocasião, o objeto apresentado por este relato refere-se ao primeiro e segundo serviço

elencado pelo documento ora mencionado.

O serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF)

Considerado o principal serviço da proteção social básica, o PAIF objetiva: assegurar espaços de convívio familiar; informar e garantir acesso da população aos direitos socioassistenciais; contribuir para a gestão intersetorial local; estimular o desenvolvimento da autonomia; “empoderar” as famílias, ampliando sua capacidade protetiva; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; favorecer a ampliação de perspectivas de vida dos sujeitos mais vulneráveis e o acesso a oportunidades (BRASIL, 2009).

Segundo a Tipificação Nacional, o PAIF visa atender, especialmente, famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e dos benefícios assistenciais; famílias que atendam aos critérios dos programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade ocasionada por dificuldades vivenciadas por algum de seus

membros; e famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2009a).

O PAIF é um programa voltado para o território e que, dentre outros, tem por objetivos buscar criar vínculo entre o serviço e os usuários, construir formas de participação, oferecer suporte para os acessos, promover ações junto aos grupos já existentes na comunidade, oferecer oficinas de grupo para diferentes idades, dinamizar processos de organização que possam fortalecer vínculos familiares e comunitários e promoção das garantias básicas. (AFONSO, 2009, p. 8).

As principais ações do PAIF são: acolhida⁵; oficinas com famílias⁶; ações comunitárias⁷; ações particularizadas⁸; e encaminhamentos⁹.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) fundamentalmente deve ser estruturado por meio de grupos, garantindo progressivas aquisições aos usuários desse serviço que, segundo a Tipificação Nacional, precisa ser

5. A acolhida é, na maioria das vezes, o contato inicial de um indivíduo ou famílias com o PAIF. Não raro, trata-se do primeiro contato “qualificado” da família com o SUAS. Consiste no processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias, bem como de oferta de informações sobre as ações do serviço, da rede socioassistencial, em especial do CRAS e demais políticas setoriais. Basicamente, a acolhida pode ser realizada particularizada ou em grupo, no CRAS ou no domicílio.

6. As oficinas com famílias consistem na realização de encontros previamente organizados, com o intuito de suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificadas no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos.

7. As ações comunitárias, podendo ser realizadas por meio de palestras, campanhas e/ou eventos comunitários, objetivam: promover a comunicação comunitária; a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território; desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária. De modo geral, as ações comunitárias proporcionam um espaço para que as famílias possam interferir e influenciar na construção da vida pública nos seus territórios.

8. As ações particularizadas referem-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do CRAS à família – algum(ns) membro(s) ou todo o grupo familiar, após a acolhida, de modo individualizado. Recomenda-se que as ações particularizadas ocorram em casos extraordinários, tendo por princípio conhecer a dinâmica familiar de modo mais aprofundado para se prestar um atendimento mais específico à família.

9. Os encaminhamentos são os processos de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. Os encaminhamentos têm por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania.

planejado de acordo com determinados ciclos de vida e em estreita relação como PAIF, buscando potencializar o atendimento e acompanhamento das famílias, cujo objetivo final é minimizar situações de vulnerabilidade e risco social.

A definição dos ciclos de vida, segundo a Tipificação Nacional, se estabelece a partir das seguintes faixas etárias: 0 a 6 anos¹⁰; 6 a 15 anos¹¹; 15 a 17 anos¹²; 18 a 29 anos¹³; 30 a 59¹⁴; e idosos¹⁵.

Executado pelos profissionais que

compõem a equipe de referência do CRAS, o objetivo desse serviço é estimular e orientar os sujeitos na reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família ou no território. A sua organização direciona-se à ampliação de trocas culturais e de vivências, as quais almejam desenvolver o sentimento de pertencimento e fortalecer a identidade e os vínculos familiares dos indivíduos participantes dos grupos, incentivando a socialização e a

10. O serviço para crianças de até 6 anos, basicamente, objetiva prevenir situações de exclusão social e de risco, especialmente a violência doméstica e o trabalho infantil. Os profissionais envolvidos na execução deste serviço deverão estar atentos ao reconhecimento da condição peculiar de dependência e de desenvolvimento deste ciclo de vida, além de trabalhar numa perspectiva que irá trabalhar a proteção social através do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística (BRASIL, 2009a). Com as crianças, os profissionais deverão estabelecer o fortalecimento de vínculos através de brincadeiras, por meio do acesso a brinquedos que favorecem o desenvolvimento e a sociabilidade. Com as famílias, a intervenção poderá ocorrer através do estabelecimento de discussões reflexivas e orientações acerca do cuidado que a criança pequena exige. Com as famílias que possuem crianças com deficiência, os profissionais poderão realizar grupos de apoio ou orientação acerca dos direitos que a pessoa com deficiência possui, bem como os potenciais das crianças e as diversas possibilidades de ações inclusivas (BRASIL, 2009a e 2010).

11. O serviço para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, para além de um espaço de convivência, busca estimular a participação, a cidadania, o desenvolvimento do protagonismo e a autonomia das crianças e adolescentes, observando, no entanto, os interesses e as demandas dessa faixa etária. A execução deste serviço, prioritariamente destinado a incluir crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, também deverá ser organizada através de experiências lúdicas, culturais e esportivas, as quais deverão favorecer o desenvolvimento de sociabilidades e também prevenir situações de risco social (BRASIL, 2009a).

12. O serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, materializado através de atividades que estimulem a convivência social, a participação social e uma preparação geral para o mundo do trabalho, terá como objetivo a contribuição para a permanência ou retorno dos adolescentes e jovens na escola. Os profissionais deverão traçar estratégias que abordem questões relevantes à juventude, contribuindo, assim, para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento do jovem. Sendo um serviço que se relaciona com o mundo do trabalho, devem-se implantar metodologias de trabalho que privilegiem a capacidade comunicativa e a inclusão digital, com vistas a contribuir no processo de escolha profissional (BRASIL, 2009a).

13. Esta faixa etária, não contemplada pela Tipificação, foi incluída posteriormente através da Resolução CNAS nº 13/2014. O serviço para jovens de 18 a 29 anos tem como objetivo possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania. Assim, as ações devem estimular o desenvolvimento de conhecimentos sobre o mundo do trabalho. Na mesma direção, contribui para a inserção, reinserção e permanência dos jovens no sistema educacional e no mundo do trabalho.

14. Esta faixa etária, não contemplada pela Tipificação, foi incluída posteriormente através da Resolução CNAS nº 13/2014. O serviço para adultos de 30 a 59 anos, basicamente, possui os mesmos objetivos do serviço para jovens de 18 a 29 anos, possui o foco voltado ao conhecimento sobre o mundo do trabalho.

15. O serviço para idosos, assim como nos demais, pretende estimular o desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, fortalecer os vínculos familiares e estimular o convívio comunitário, prevenindo situações de risco social e contribuindo, assim, para o processo de envelhecimento saudável. Para tal, a intervenção também poderá ser mediante experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, incluindo vivências que estimulem a condição de escolher e decidir.

convivência comunitária.

O SCFV possui caráter preventivo e proativo, regulado na defesa e afirmação dos direitos, bem como no desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos participantes, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das adversidades da vida.

O SCFV e o PAIF possuem reais capacidades de: prevenir a ocorrência de situações de risco social; fortalecer a convivência familiar e comunitária; prevenir a institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, especialmente pessoas com deficiência; promover acessos relacionados à educação, saúde, cultura, esporte, lazer e outros; oportunizar acesso às informações sobre direitos e participação cidadã; estimular o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; e, inclusive, favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências que fortalecem o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários.

A integração entre os serviços e os benefícios

A atual concepção da política de assistência social, orientada pela lógica do direito, remete à atenção integral ao indivíduo e sua família, o que demanda o compromisso estatal das três esferas de governo com a devida provisão dos serviços e benefícios socioassistenciais suficientes ao atendimento daqueles que necessitam dela.

No que se refere à transferência de renda direta ao beneficiário, destaca-se que uma das grandes preocupações no atual contexto de implantação do SUAS consiste na elaboração e execução de estratégias em que os benefícios não sejam o que alguns autores denominam de “um fim em si mesmo”. Há certo consenso de que somente os benefícios – como o Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada

(BPF) – não são suficientes para promover a autonomia e a proteção social dos sujeitos.

Segundo o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, os benefícios de transferência de renda são uma importante iniciativa para garantir a segurança e a sobrevivência das famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Os serviços socioassistenciais, por sua vez, alicerçam as seguranças do convívio, desenvolvimento da autonomia e acolhida (BRASIL, 2009b).

Os riscos e as vulnerabilidades sociais que atingem as famílias, segundo essa perspectiva, impõem diversos desafios e necessidades que extrapolam a dimensão da renda. Nessa direção, a oferta simultânea de transferência de renda e serviços socioassistenciais potencializa, em diversos aspectos, a capacidade de recuperação, preservação e desenvolvimento da função protetiva das famílias, podendo promover a autonomia e a emancipação dos sujeitos, de maneira a diminuir e até mesmo eliminar os riscos e as vulnerabilidades que incidem sobre elas (BRASIL, 2009b).

Nesse contexto, interessa-nos relatar uma possível relação que o CRAS estabelece com o Programa Bolsa Família. Considerando que

é necessário garantir que a manutenção do benefício de transferência de renda seja respaldada pela ação contínua e sistemática de acompanhamento destas famílias por meio dos serviços socioassistenciais, de modo que não agrave a situação de vulnerabilidade. (BRASIL, 2011, p. 42).

verifica-se que uma grande e recente preocupação apontada pelas diretrizes da política de assistência social no que se refere à necessidade de estabelecer vínculos entre os serviços e os benefícios, pois, segundo a concepção do SUAS, somente a oferta simultânea de ambos seria capaz de promover significativas e duradouras mudanças no âmbito familiar.

Posto as orientações da política de assistência social, além de outros aspectos observados no município de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais, concebeu-se a proposta de implantar uma horta comunitária com mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza, todas beneficiárias do Programa Bolsa Família e acompanhadas pelo PAIF. Em síntese, a horta comunitária “Plantando sonhos” consiste na implantação do SCFV com o público de 17 a 59 anos, com um viés de inclusão produtiva e geração de emprego e renda.

“Plantando sonhos”: diagnóstico, objetivos, estratégias e resultados

A proposta de implantação de uma horta comunitária no município de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais, deu-se por duas principais razões, a saber:

1. O município, localizado no Campo das Vertentes, se comparado aos outros da região (sobretudo São João Del Rei e Tiradentes), possui um restrito potencial de exploração turística. Com uma economia edificada sobre a agropecuária e a prestação de serviços, o mercado de trabalho é extremamente limitado e incapaz de acolher a demanda da comunidade;
2. A existência de situações de carência alimentar, além de provocar desastres no contexto familiar, repercute diretamente sobre a administração pública, visto que tais famílias corriqueiramente demandam maior atenção por parte dos serviços de saúde e assistência social. São famílias em que os membros facilmente adoecem, os filhos apresentam forte tendência à evasão escolar, as mães usualmente solicitam benefícios eventuais da assistência social, apresentam quadros instalados ou sintomas de depressão, além de outras

questões que acarretam em demandas e solicitações ao poder público municipal.

Feito este breve diagnóstico, a implantação de uma horta comunitária guiou-se pela justificativa de que seria interessante investir em um espaço voltado à produção de alimentos, pois, além de combater situações específicas de insegurança alimentar, a horta seria uma possibilidade de promoção social, convivência familiar, comunitária e inclusão produtiva.

O objetivo geral da proposta, inicialmente, era a produção de alimentos de forma solidária, como instrumento de garantia da segurança alimentar para populações vulneráveis, propiciando, igualmente, o acesso à oportunidade de inclusão produtiva. Dentre os objetivos específicos, estariam: combater a insegurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade social; desenvolver práticas e hábitos alimentares saudáveis; planejar, em curto prazo, formas de agregação de renda às famílias; dinamizar processos de formação pessoal e práticas de economia solidária; garantir qualidade e regularidade dos alimentos produzidos; criar e fortalecer uma identidade comunitária no grupo.

A coordenação da proposta, elaborada em janeiro de 2011, ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social que, com o apoio dos profissionais do CRAS, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Associação Rural e Comunitária de Coronel Xavier Chaves (ARCEL), realizou a implantação e manutenção das ações.

À Secretaria Municipal de Assistência Social coube elaborar o projeto; conseguir o terreno para implantação da proposta; inserir a proposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA); submeter proposta à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social; mediar a realização das cotações e licitações necessárias; selecionar o coordenador do projeto; financiar todas as despesas, como a compra de materiais,

insumos e ferramentas; e realizar a supervisão e o acompanhamento do projeto.

Sobre o terreno disponibilizado para implantação da proposta, cuja área total é de 600m², vale registrar que ele se localiza no centro do município, sendo de propriedade particular de um morador que apoiou a proposta apresentada e, mediante a assinatura de um termo de comodato, cedeu o espaço por dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, caso o projeto tenha êxito e alcance seus principais objetivos.

Ao CRAS coube: capacitar o coordenador do projeto (com formação em Psicologia); selecionar as participantes; articular, mobilizar e coordenar todos os encontros entre as diferentes instituições e pessoas envolvidas na proposta; acompanhar todo o desenvolvimento do projeto; realizar acompanhamento das participantes segundo as diretrizes do PAIF e do SCFV.

Após a seleção e capacitação do coordenador, a proposta seguiu para a seleção das mulheres que iriam compor o grupo. Para tal, a equipe do CRAS cruzou informações do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (mais conhecido como “Cadúnico”) com a relação de famílias acompanhadas pelo PAIF. Os principais critérios adotados para a seleção das participantes foram: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com vivência de desemprego ou emprego informal (com renda per capita inferior a R\$ 70,00, portanto, em situação de extrema pobreza); famílias com vivência de insegurança alimentar (solicitantes de benefícios eventuais, em especial a cesta básica); e famílias com três ou mais crianças de até seis anos em situação de vulnerabilidade social, risco ou evasão escolar.

Feita a conjunção dos critérios elencados como situações prioritárias, a equipe de profissionais do CRAS – formada por assistente social e psicóloga – chegou a uma lista contendo dez famílias, das quais apenas sete aceitaram participar do projeto, que seguiu por reuniões

para apresentação da proposta, planejamento de metas e capacitação para futuras atividades com as quais as participantes jamais haviam lidado.

À EMATER coube: auxiliar na elaboração do projeto; realizar a análise do solo; realizar o levantamento das ferramentas necessárias; elaborar o croqui dos canteiros e o projeto de irrigação; participar de reuniões periódicas para prestar apoio técnico-organizacional às participantes e à equipe do CRAS; promover a capacitação das beneficiárias sobre as técnicas de cultivo, adubação, modos de plantio, colheita e rotação de culturas; e orientar os trabalhos da ARCEL.

À ARCEL coube realizar todo o preparo do terreno, como arar, gradear e realizar a manutenção do terreno. Ressalta-se que, devido ao convênio de repasse de recursos da Prefeitura Municipal para a ARCEL, realizado anualmente, ela se dispôs a realizar todo o preparo e a manutenção do terreno sem qualquer ônus para o projeto e/ou para a Prefeitura Municipal.

Diante do exposto, os primeiros passos da proposta foram compostos de reuniões em que os parceiros, juntamente com o grupo de mulheres, realizaram as capacitações necessárias, definiram o cronograma de execução e adequaram o terreno, para que, em junho de 2011, ocorresse dos momentos mais aguardados: o plantio.

O grupo, formado apenas por mulheres, inicialmente, começou com o plantio de alface, cebolinha, couve, repolho e beterraba. Nesse primeiro momento, dividiu-se toda a produção entre as participantes, visto que o objetivo mais importante, naquele momento inicial, era erradicar a situação de insegurança alimentar por meio do estímulo de hábitos alimentares saudáveis.

Vale registrar que o grupo enfrentou algumas dificuldades que, logo no início, quase desmantelaram as incipientes relações sociais até então construídas, tais como: excesso de chuvas; animais que invadiram a horta e destruíram os canteiros e a produção; conflitos

internos relacionados à personalidade das próprias participantes e demais situações que exigiram a intervenção técnica do coordenador e dos profissionais do CRAS para mediar os conflitos e reestabelecer a motivação do grupo.

Durante o primeiro ano, as mulheres trabalharam apenas uma vez na semana, sempre às terças-feiras pela manhã. Nesse dia, as participantes realizavam o trabalho básico, capinavam, plantavam e colhiam. Dada à necessidade de aguar a horta diariamente, elas optaram pela realização de um rodízio, de maneira que cada uma ficaria responsável por aguar toda a horta em um dia na semana.

O coordenador do projeto, a todo o momento, buscou implantar os princípios da autogestão e da convivência comunitária, visando não só a eficiência produtiva, mas também o desenvolvimento humano e a capacidade de estimular o grupo a se reunir, dialogar e buscar soluções para os entraves do dia a dia, incentivando as participantes a se tornarem mais conscientes de suas dificuldades, tornando-as mais realizadas, autoconfiantes e seguras.

Passado alguns meses do plantio, após as primeiras colheitas, o grupo vislumbrou a possibilidade de construir uma estufa agrícola para a produção das mudas, uma vez que elas eram adquiridas no município de São João Del Rei. Convém ressaltar que, exceto os grandes produtores que possuem suas próprias estufas, toda a população “xavierense” comprava mudas em São João Del Rei, pois não havia nenhum produtor em Coronel Xavier Chaves. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal sinalizou a possibilidade de construir uma estufa dentro do espaço da prática. O grupo, juntamente com o técnico da EMATER, com a gestão municipal de assistência social e os demais parceiros, realizou o estudo e planejamento sobre a melhor forma, tamanho e capacidade da estufa, de modo que pudesse atender toda a demanda do projeto e parte da local, dos moradores do município.

Assim, o grupo criou uma grande

expectativa para com a construção da estufa, pois representou a possibilidade de alcançar o objetivo de agregar renda às famílias. Com a construção dela, o grupo novamente recebeu capacitação do técnico da EMATER e de um funcionário da Prefeitura Municipal especializado em jardinagem. Em pouco tempo, o grupo aprendeu técnicas de plantio e adubação de mudas, preparo de insumos, solos e manejo das sementes, iniciando, desse modo, a produção de mudas em larga escala.

Feito o diagnóstico de algumas situações desafiadoras, como a insuficiência de participar apenas uma vez por semana, o mau aproveitamento do terreno, o desenvolvimento inadequado das mudas e alguns conflitos internos, que ainda permaneciam entre as participantes, o grupo tomou as seguintes providências: passou a participar três vezes por semana (as terças, quintas e sábados pela manhã); e solicitou maior apoio ao técnico da EMATER e à Prefeitura Municipal, que cedeu um jardineiro com ampla experiência para acompanhar o projeto em tempo integral, auxiliando a sanar o problema das mudas que não estavam desenvolvendo adequadamente. Na tentativa de erradicar os conflitos resultantes de comportamentos individuais das participantes, o grupo elaborou um regimento interno para normatizar algumas situações e condutas.

Sanado os principais obstáculos, o grupo expandiu sua produção, passou a comercializar as mudas para a população “xavierense” e, definitivamente, internalizou os processos de formação pessoal e práticas de economia solidária. O próximo desafio, então, passou a ser a garantia da qualidade e regularidade da produção, o que foi facilmente assimilado pelas participantes devido à própria visibilidade que o grupo passou a ter no município, transformando “mulheres que dependiam” em “mulheres que ofertavam”, isto é, que passaram a comercializar mudas e verduras com a vizinhança e com os principais estabelecimentos comerciais do

município.

Considerando a proeminência que o projeto adquiriu em âmbito municipal, sinalizada por meio do real ganho, que permitiu que os moradores comprassem mudas de qualidade, a notória mudança de comportamento das participantes, assim como outros benefícios que a prática trouxe ao município, o proprietário do terreno disponibilizou outro espaço, anexo ao fundo da horta, para a expansão das atividades produtivas. Desse modo, o projeto, que iniciou suas ações em um lote de aproximadamente 600m², passou a contar com a possibilidade de usufruir de um espaço com aproximadamente 3.000m², cinco vezes maior que o terreno inicialmente cedido.

A expansão da prática foi incorporada ao cronograma de planejamento e metas, de maneira que, nesse momento, a prática definitivamente expandiu e transformou a vida das participantes e da comunidade.

Os resultados alcançados extrapolaram todas as expectativas inicialmente depositadas na prática. Considerando a política de assistência social como “uma prática política que aponta densas possibilidades para a conquista de protagonismo e autonomia dos sujeitos sociais” (BATTINI, 2007), avalia-se que o projeto, em pouco mais de dois anos, produziu impactos significativos em todo o contexto familiar das mulheres-participantes. À medida que elas receberam estímulo à produção e à busca de novas perspectivas, diversas barreiras que as prendiam ao interior de suas residências foram naturalmente superadas.

O trabalho realizado pelo coordenador e pela equipe do CRAS, por meio do SCFV e do PAIF foi de absoluta relevância, pois, paralelamente à produção das hortaliças e mudas, os profissionais desenvolveram oficinas socioeducativas com reflexões e conceitos estratégicos à superação da extrema pobreza, da insegurança alimentar e outras formas de vulnerabilidade social, por exemplo: as

transformações materiais e subjetivas que ocorreram no decurso do projeto; a estima que o projeto adquiriu na comunidade; as novas relações sociais, econômicas e políticas que as mulheres passaram a administrar no município; além de outras.

As oficinas alinharam-se aos objetivos propostos pelo SCFV e PAIF, promovendo reflexões que levaram as participantes à conclusão de que os problemas vivenciados em âmbito particular, na verdade, constituíam-se enquanto questões que igualmente atingiam outros sujeitos, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade concreta e subjetiva.

Na esfera familiar, as oficinas objetivaram e alcançaram os seguintes resultados:

Fomentar vivências que questionem padrões estabelecidos e estruturas desiguais, estimulando o desenvolvimento de autoestima positiva dos membros das famílias; estimular a socialização e a discussão de projetos de vida, a partir de potencialidades coletivamente identificadas; possibilitar a discussão sobre as situações vivenciadas pelas famílias e as diferentes formas de lidar com tais situações [...] romper com preconceitos, estereótipos e formas violentas de interação e repensar os papéis sociais no âmbito da família. (BRASIL, 2009, p. 24).

Na esfera comunitária e territorial, os objetivos delineados e alcançados foram:

Estimular a identificação das vulnerabilidades e recursos do território [...] proporcionar o compartilhamento de experiências, o desenvolvimento das habilidades de negociação e mobilização, com vistas ao exercício do protagonismo e autonomia; fomentar a reflexão sobre a importância dos meios de participação social. (BRASIL, 2009, p. 24).

Ressalta-se que a participação no projeto ainda não gera renda mensal fixa. As mulheres não possuem salários, embora, todos os meses,

elas realizam uma retirada que varia de acordo com a receita obtida. Convém mencionar que, com os recursos obtidos na participação na horta comunitária, as mulheres receberam orientações e tornaram-se contribuintes do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), de modo que das sete que iniciaram no projeto, atualmente, uma não se encontra dentro da seguridade social contributiva, ou seja, somente uma optou pela não contribuição ao INSS.

Sobre as mulheres inicialmente selecionadas para a prática, vale comentar que todas se inseriram no mercado de trabalho – formal e informal. Com o passar do tempo, elas conciliaram a participação no projeto com os respectivos trabalhos, até que, progressivamente, algumas foram se desligando da horta e sendo substituídas por outras participantes. Esse fato, talvez, seja um dos melhores resultados alcançados pelo projeto, pois, de certo modo, a passagem pela horta comunitária e o acompanhamento pelos profissionais do CRAS atenderam a finalidade de atuar como “espaços de socialização de experiências vividas, de elaboração de meios de enfrentamento de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades” (BRASIL, 2009, p. 19), capacitando-as subjetivamente para a busca de novas perspectivas.

Nesse momento, vale comentar, ainda que brevemente, a centralidade que o trabalho adquire na vida do indivíduo, afinal:

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre o homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica [...], quanto com a orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 1980, p. 9-10).

Antunes (2007) esclarece que, por meio do trabalho, a consciência humana deixa de ser um epifenômeno biológico, tornando-

se um elemento essencial da vida cotidiana. A própria busca de uma vida com sentido encontra no trabalho seu “locus primeiro” de realização. Diante do exposto, torna-se desnecessário adentrar a discussão já realizada por diversos autores sobre os benefícios – objetivos e subjetivos – advindos do trabalho e o sofrimento decorrente do não trabalho.

O sucesso da prática, a qualidade dos produtos e os bons resultados das vendas encorajaram o grupo a assumir importantes decisões, as quais já se encontram em planejamento e execução: formalizar o grupo enquanto associação; buscar a certificação de produtos orgânicos; expandir a prática para além das mulheres e incluir seus filhos por meio do projeto “Os verdinhos”, uma iniciativa de educação ambiental dirigida a 15 crianças e adolescentes que participam diariamente da horta, aprendendo técnicas de cultivo, manejo de sementes, preparo de mudas de flores e outras questões relacionadas ao meio ambiente.

Outro aspecto importante refere-se à parceria estabelecida com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) que irá responsabilizar-se pela incubação da prática por meio do assessoramento, reuniões semanais, seminários, palestras e demais interlocuções com a gestão municipal e os parceiros envolvidos, objetivando instrumentalizar o grupo para a autogestão financeira, tornando-o independente e autogestionado.

Atualmente, o grupo se encontra em fase de planejamento para extensão de sua prática à comunidade de modo geral. O grupo das mulheres (“Plantando onhos”) e dos garotos (“Os verdinhos”) planeja levar ações, flores e mudas até a casa de idosos, mulheres com depressão, pessoas com algum tipo impedimento físico ou mental, sujeitos incapacitados para o trabalho e famílias em situações de insegurança alimentar, semelhante

a das participantes no momento em que elas ingressaram no projeto. O intuito desta ação será distribuir, de modo gratuito, flores e mudas, preparar o canteiro, realizar o plantio e orientar as famílias sobre como cuidar de um jardim.

A horta comunitária, mais do que proporcionar qualidade de vidas às mulheres, quebrou paradigmas culturais e afirmações (pré)conceituosas do tipo “as mulheres preferem receber o bolsa família a trabalhar”, mostrando que, na verdade, é preciso (e possível) superar “práticas assistencialistas e clientelistas, que reforçam estigmas e moldam posturas, culpabilizando as famílias por sua situação” (BRASIL, 2009, p. 25).

O ápice do Projeto, em termos de reconhecimento público, ocorreu em 9 de maio de 2013, quando o grupo se candidatou e venceu – em primeiro lugar – o Prêmio Mineiro de Boas Práticas na Gestão Municipal, eixo “Desenvolvimento Social”, certificado pela União Brasileira de Qualidade (UBQ), entregue pela Associação Mineira dos Municípios (AMM), durante o 30º Congresso Mineiro dos Municípios, em Belo Horizonte.

Considerações finais

Este relato, basicamente direcionado a gestores e técnicos do Sistema Único

de Assistência Social, aborda uma estreita porção das recentes normatizações da política de assistência social, comentando e exemplificando algumas das recentes modificações que ocorreram no âmbito dessa política social, no sentido de aprimorar as ações, os serviços e suas diretrizes.

A leitura crítica do relato de experiência ora apresentado, mais do que um conjunto de normas técnicas expedidas pelo Ministério, ou descrição da implantação de uma prática deliberada, torna-se útil para fornecer noções básicas sobre o referido serviço, auxiliar os gestores e técnicos no planejamento e implantação de ações similares, estimulando-os a pensar e executar estratégias criativas como resposta aos inúmeros desafios apresentados pelos sujeitos que acessam o CRAS em busca de serviços e/ou benefícios.

A elaboração deste relato representa um pequeno passo na imensa jornada rumo à consolidação do SUAS, a qual requer o envolvimento dos diversos atores que participam da gestão e execução do CRAS, PAIF, SCFV e demais trabalhadores da política de assistência social. Por fim, espera-se que este texto contribua para a superação dos desafios relacionados à oferta do SCFV e ao aprimoramento deste serviço nos municípios.

Referências

AFONSO, M. L. M. O papel da psicologia no Centro de Referência de Assistência Social. In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS, 1., 2009. **Resumos...** Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo: São Paulo, 2007.

BATTINI, O.; COSTA, L. C. Estado e políticas públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: BATTINI, O. (Org.). **SUAS - Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora; Curitiba: CIPEC, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores**: agenda do participante Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2011.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. 2005. Acesso em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-suas.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

_____. **Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

_____. Resolução nº 13, de 13 de maio de 2014. Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, DF: CRAS, 2013.

_____. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 6 anos e suas famílias**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Departamento de Proteção Social Básica. Brasília: MDS, 2010.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Centro de Referência de Assistência Social Brasília: MDS, 2009a.

CARVALHO, M. C. B do. Assistência social: reflexões sobre a política e sua regulação. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 87, p. 123-131, 2006.

CRUZ, L. R. C. da; GUARESCHI, N. (Org.). **Políticas públicas e assistência social**: diálogos com as práticas psicológicas. Vozes: Petrópolis, 2009.

LUKÁCS, G. **A ontologia do ser social**. Londres: Merlin Press, 1980.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

PINTO, J. B. G. **Pesquisa-ação**: detalhamento de sua sequência metodológica. Recife: Mimeo, 1989.

Submetido em 31 de março de 2015.

Aprovado em 22 de junho de 2015.